

Conselho Tutelar

Síntese das Propostas dos Grupos de Trabalho

Extensão Nacional Promoção

1. Que o CONANDA incentive e apoie a criação e implantação de uma rede nacional e regional de assistência jurídica aos Conselhos Tutelares, para o cumprimento das suas atribuições previstas no art. 136 do ECA.

Destaque:

Proposta de Supressão

2. Que o CONANDA possibilite a criação de uma rede de informação nacional, estadual e regional a exemplo do SIPIA, para acompanhar o diagnóstico da situação das crianças e adolescente e realimentar com subsídios ao CEDCAs, CMDCAs e CTs, como também as OGs e ONGs com objetivo de articularem, integrar e divulgar ações mantenedores, planejadoras e executoras de programas e projetos de atendimento.

Destaque:

Proposta de Supressão

3. Que o CONANDA, celebre convênios com Receita Federal para que os equipamentos apreendidos para serem utilizados pelos CTs.

Destaque:

Proposta de Supressão

Faint, illegible text covering the page, possibly bleed-through from the reverse side.



4. Que o CONANDA estude a possibilidade de serem concedidos incentivos e descontos em taxas de imposto para a aquisição de veículos para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares, como por exemplo os que são dados aos taxistas.

Destaque:

Proposta de Supressão na íntegra, pois já existem regras de aquisição de bem público e apoio logístico que as prefeituras têm que adotar.

1. Que o CONANDA recomende ao Congresso nacional a posposta de lei que regulamente de pronto a liberação dos servidores públicos eleitos ao cargo de Conselhos Tutelares.

Destaque:

Proposta de Supressão

CONTROLE/VIGILÂNCIA

1. Que o CONANDA proponha ao Governo Federal o corte de subvenções e verbas de Fundos especiais aos municípios que não implantarem os Conselhos de Direitos tutelares garantido-lhes o perfeito funcionamento.

Destaque:

Proposta de Supressão

DEFESA

1. Que o CONANDA possa desencadear uma campanha de emenda popular à Constituição Federal para a inclusão de previsão da figura do Conselhos Tutelares no serviço público brasileiro, inclusive com posterior regulamentação de suas funções.

Destaque:

Proposta de Supressão



2. Que o CONANDA acione o Ministério da Justiça para um posicionamento que exija da corregedorias do estado o cumprimento das determinações do ECA no art. 136 - VIII.
3. Que o CONANDA promova uma ampla divulgação, através dos meios de comunicação, impressos de tarifas públicas e contra-cheques e outros, sobre a existência e funções dos Conselhos Estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescentes e conselhos tutelares, bem como da importância desses órgãos para efetivar o Sistema de Garantias de Direito.

Destaque:

Proposta de Supressão

4. Que o CONANDA elabore resolução recomendando as diretrizes básicas para elaboração de leis municipais de defesa dos direitos da criança e do adolescente e regimento interno de conselhos.
5. Que o CONANDA, promova encontros de CTs, junto aos estados, no sentido de criar organização específica de apoio aos conselheiros tutelares, nos estados e no país.
6. Que o CONANDA recomende à Secretaria Nacional a criação de um programa para a localização de crianças e pais desaparecidos.
7. Que o CONANDA proponha emenda ao art. 134 do ECA, sugerindo a seguinte redação - onde se lê: "... inclusive quanto a eventual remuneração", leia-se "... inclusive garantir a remuneração de seus membros".

Destaque:

Proposta de Supressão

EXTENSÃO ESTADUAL

Promoção

1. Que o CONANDA recomende aos Conselhos Estaduais solicitarem a todos os promotores de Justiça, a firmação de termos de compromisso com força executiva, para exigirem legalmente a criação e instalação dos conselhos tutelares, bem como o fornecimento de toda a infraestrutura necessária para a implementação destes conselhos e sua respectiva retaguarda, bem como programas de capacitação permanente.

2. Que o CONANDA busque, em caráter de urgência, junto aos seguimentos políticos da

17/05/2014

Dear Sir,

I am writing to you regarding the matter of the...

I have been informed that...

I am sorry to hear that...

I will be happy to discuss this further...

I am sure that you will understand...

I am sure that you will find this...

I am sure that you will find this...

I am sure that you will find this...

administração pública estaduais a definição clara e concreta da situação jurídica, do papel, da remuneração e direitos do Conselhos Tutelares.

3. Que o CONANDA recomende aos Conselhos de Direitos estaduais que solicitem ao Ministério Público instauração de inquérito civil público para exigir criação e instalação dos Conselhos Tutelares, bem como o fornecimento pelo Executivo de toda a infraestrutura necessária para a implementação desses conselhos e sua respectiva retaguarda.
4. Que os Conselhos Estaduais de direitos em parceria com conselhos tutelares e outros atores do Sistema de Garantia de Direitos promovam o reordenamento institucional governamental de forma a garantir que as retaguardas funcionem à luz do ECA.
5. Que o CONANDA buscando uma linha de atuação marcadamente preventiva recomende aos conselhos de direito a dedicação de atenção especial à definição de políticas públicas, destinadas a crianças de 0 a 6 anos, bem como a utilização de mecanismos de monitoramento e avaliação da execução dessas políticas.
6. Que o CONANDA oriente os Conselhos de Direito Estaduais para facilitar articulação entre órgãos executores de programa e projetos para que haja, de fato, integração das ações.
7. Que o CONANDA estimule, favoreça e exija dos estados e dos municípios a formação sistemática dos conselheiros tutelares para exercerem suas competências prescritas no ECA art. 131.

Destaque:

Proposta de Supressão

DEFESA

1. Que o CONANDA promova gestões junto a todos os prefeitos, inclusive através de um comunicado sobre as resoluções desta II Conferência para que estes assumam a criança e o adolescente como prioridade absoluta em seus municípios, com atitudes concretas de criação e viabilização de CMDCAS e CTS.
2. Que o CONANDA recomende aos estados garantia de proteção e atendimento de saúde e previdenciário aos conselheiros tutelares e sua família quando vítima de danos decorrentes do exercício de suas funções.
3. Que o CONANDA, juntamente com os CEDCAs, articulem fóruns de debates com prefeitos e câmara de vereadores a fim de mostrar a necessidade da implantação dos Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares.
4. Que o CONANDA recomende aos Conselhos Estaduais, as organizações

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice to ensure transparency and accountability. This section also outlines the procedures for handling discrepancies and the role of the audit committee in reviewing the financial statements.

In the second part, the focus is on the internal control system. It details the various checks and balances implemented to prevent fraud and errors. Key areas mentioned include procurement, sales, and payroll. The document stresses that a strong internal control system is essential for the integrity of the financial reporting process.

The third section addresses the external audit process. It describes the scope of the audit, the methods used by the auditors, and the findings of the audit. The document highlights the auditor's independence and the objective nature of their assessment. It also discusses the implications of the audit results for the company's management and stakeholders.

The final part of the document provides a summary of the key findings and recommendations. It reiterates the need for continuous improvement in financial reporting and internal controls. The document concludes by expressing confidence in the company's financial health and its commitment to high standards of transparency and ethical conduct.

Overall, the document serves as a comprehensive overview of the company's financial reporting and internal control systems. It provides a clear and concise summary of the audit process and the findings, ensuring that all stakeholders are well-informed and confident in the company's financial performance.

governamentais e não-governamentais do Estado, no sentido de mobilizarem e propiciarem a instalação dos Conselhos Tutelares em todos os municípios.

5. Que o CONANDA recomende aos Conselhos Estaduais orientar os municípios para que procedam a regulamentação única da função pública dos conselhos tutelares.
6. Que o CONANDA e os Conselhos Estaduais façam gestões junto aos prefeitos para que o Conselho Tutelar tenha os direitos equiparados ao servidor municipal enquanto durar o seu mandato, inclusive com salário condigno com sua função.
7. Que o CONANDA recomende aos Conselhos Estaduais e Municipais a garantia de formação de equipe técnica multidisciplinar, para assessorar os conselhos tutelares e de direitos e pré-qualificação dos candidatos a Conselhos Tutelares, visando garantir as considerações mínimas de capacitação e formação para o exercício da função.

CONTROLE

1. Que o CONANDA apoie os Conselhos Estaduais para a implementação de programas de acompanhamento às crianças e aos adolescentes encaminhadas aos órgãos de atendimento ou a Vara da Infância e Juventude, possibilitando avaliação de resultados e correção das distorções.
2. Que o CONANDA recomende aos Conselhos Estaduais a implantação dos SIPIA contemplando como uma das ações prioritárias dos planos estaduais de promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.
3. Que a partir dessa II Conferência os Conselhos Estaduais, a exemplo do CONANDA, enviem, sistematicamente, cópia de suas atas aos Conselho Tutelares, como forma alternativa de integração entre estas instituições, bem como subsídio permanente às suas atuações.

AÇÕES DE SUPORTE AO SGD

Produção de Conhecimento

Extensão Nacional

1. Que seja assegurada a participação dos Conselhos Tutelares no Grupo de Trabalho do CONANDA que estuda sobre Conselhos Tutelares.
2. Que o CONANDA em parceria com os Conselhos de Direito Estaduais crie uma equipe especializada para avaliar e revisar as leis que criam os Conselhos Tutelares nos municípios e também que seja elaborado um modelo de lei para a criação dos CT que contemple as diversidades regionais.
3. Que o CONANDA faça convênios com Centro de Defesa, OAB e outros, para o

Dear Sir,
I have the pleasure to inform you that your application for the position of [Job Title] has been reviewed and we are pleased to offer you the position on the following terms and conditions:

1. Salary: £[Amount] per annum, payable in 12 equal monthly instalments.
2. Hours of Work: 37.5 hours per week, Monday to Friday, 9.00 am to 5.00 pm.

3. Probation: You will be employed on a probationary basis for a period of 3 months.
4. Notice: The minimum notice period for resignation is 4 weeks.

5. Pension: You will be eligible to join the [Pension Scheme Name] upon commencement of your employment.
6. Benefits: You will be entitled to the standard benefits provided to employees of this company.

7. Training: We will provide any necessary training and development opportunities.
8. Equal Opportunities: We are an equal opportunities employer and do not discriminate on the basis of race, sex, religion, or disability.

9. Confidentiality: You will be required to sign a confidentiality agreement.
10. Other: All other terms and conditions of employment are set out in the company handbook.

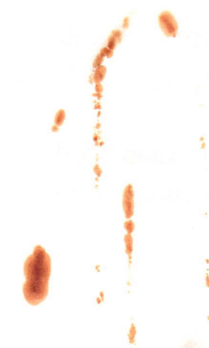
We are pleased to welcome you to the team and look forward to your contribution to the success of our organization.

Yours faithfully,
[Name of HR Manager]

[Signature of HR Manager]

[Name of HR Manager]
[Address]
[City]

[Company Name]
[Address]
[City]



apoio aos Conselhos Tutelares e municipais em todos os estados e municípios.

4. Que o CONANDA juntamente com a comissão formada por representantes de todos os Estados, que seja referendada nesta Conferência, promova com urgência um Encontro Nacional dos Conselheiros Tutelares.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Extensão Nacional

1. Que o CONANDA recomende que as entidades não-governamentais, reconhecidamente qualificadas como formadoras de recursos humanos no campo dos direitos de crianças e adolescente, sejam contemplados com recursos públicos, para desenvolverem programas de capacitação.

Extensão Estadual

1. Que o CONANDA recomende aos Conselhos de Direitos que depois da inscrição dos candidatos a Conselhos Tutelares, promova um programa de pré-capacitação que aborde o Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. Que o CONANDA, com participação dos Conselhos de Direitos, estruture e promova nas capitais dos estados encontros por regiões dos prefeitos a fim de esclarecê-los quanto aos aspectos jurídicos-orçamentários e financeiros do Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. Que o CONANDA recomende aos Conselhos Estaduais a realização de palestras para prefeitos, vereadores, polícia civil, federal, militar sobre o ECA, os Conselhos Municipais de Direitos e Tutelares.



[Volta ao Menu do CONANDA](#)



[Volta para o Menu Suplemento Especial](#)

Se desejar, envie suas opiniões, críticas e sugestões para : webmaster@mj.gov.br  ou



(061) 225-2327

14

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

